

CONSCIÊNCIA E INCONSCIENTE EM *MATÉRIA E MEMÓRIA*: BERGSON PARA ALÉM DO CAMPO DAS REPRESENTAÇÕES

CONSCIOUSNESS AND UNCONSCIOUS IN MATTER AND MEMORY: BERGSON BEYOND THE FIELD OF REPRESENTATIONS

Rafael Pellegrino¹

Resumo: O problema a respeito do que está para além do campo da vivência consciente pode parecer assunto de menor importância no interior da filosofia de Henri Bergson pela magnitude que esta oferece a temas como os da consciência, do corpo e da ação. Conceitos que são, tanto em seu alcance metafísico e ontológico quanto no seu sentido epistemológico, algumas das mais notáveis características do bergsonismo e, assim, alguns dos principais focos dos estudos sobre ele. Ao leitor que se pauta nesta perspectiva pode parecer um tanto inusitado que o tema do inconsciente surja em *Matéria e Memória*, com especial relevo em seu terceiro capítulo, que trata de formular o que Bergson mesmo chama de *uma psicologia ainda por fazer*. A questão, neste ponto do capítulo, seria responder a aparente desaparecimento das imagens na memória; problema que Bergson busca resolver a partir do papel pragmático do corpo, mais precisamente, do sistema nervoso. As imagens do passado viriam, deste modo, à representação na lembrança em função da atenção que o sistema nervoso lhe lança; uma atenção que, pelos motivos fundamentais da necessidade de manter-se vivo, estaria em função da ação, dos interesses práticos do momento. Haveria então, neste sentido, um *momento inconsciente* da psique para Bergson, dado que nem toda vivência passada cumpriria um papel nos interesses pragmáticos da atenção. Nosso trabalho tem por objetivo percorrer alguns pontos de *Matéria e memória* para precisar o sentido que uma noção de inconsciente teria no contexto dessa obra e seu papel na definição bergsoniana de consciência.

Palavras-chave: Consciência. Corpo. Memória. Percepção. Inconsciente.

Abstract: The problem of what is beyond the conscious experience can sound, perhaps, not sufficiently relevant in Henri Bergson's philosophy by the magnitude that it offers to themes like the consciousness, body and action. Concepts that are, in your metaphysical and ontological range as well as in your epistemological sense, some of the most notable characteristics of bergsonism, and thus some of principal focuses in studies on it. To the reader who is based on this perspective, it may seem unusual that the theme of unconscious appears in *Matter and memory*, with special relief in its third chapter where Bergson formulates what he calls a *psychology that is yet to do*. The question at this point in the chapter is how to explain the apparent disappearance of images in memory. Problem that Bergson try to solve by the pragmatic role of the body, more precisely, of the central nervous system. The images of the past would thus come to the representation as a function of the attention that the nervous system performs. An attention that be in function of the vital necessities of life and thus in function of the action and the practical interests. There is, in this sense, an *unconscious moment* of the psyche in Bergson's conception of consciousness since not every past experience play a role in the pragmatic interests of attention. The objective of this work is read some excerpts from *Matter and memory* to precise the meaning of the notion of unconscious in its context as well as the role of this notion in the bergsonian definition of consciousness.

Keywords: Consciousness. Body. Memory. Perception. Unconscious.

¹ Doutorando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos (PPGFil - UFSCar). Mestre em Filosofia pelo PPGFil - UFSCar. E-mail: pellegrino.rafael@yahoo.com.br

Introdução

A ideia de que possa haver uma região da psique que não se relacione necessariamente com uma apercepção consciente está presente, ao menos desde Leibniz, como questão ao mesmo tempo filosófica e psicológica. E, apesar de o conceito de inconsciente trazer, desde a virada do século XX, uma forte ligação com a psicanálise e com a psicologia em geral, é fato também que, na mesma virada do século, outros pensadores se detiveram com maior ou menor interesse sobre o assunto. Nos propomos a apresentar aqui algumas leituras que ressaltam forma como o inconsciente é tratado no contexto da filosofia de Henri Bergson. Uma filosofia para qual o tema da consciência é um dos pontos vitais, sendo um conceito cuja definição (ou as sucessivas definições que são formadas em torno do assunto no decorrer das investigações de Bergson) resulta em conclusões que extrapolam os contextos psicológico e epistemológico, chegando mesmo a adentrar o terreno da metafísica.

Mas então, que seria o *inconsciente* para Bergson? A questão já se põe aqui com um problema: o fato de o inconsciente não corresponder exatamente a um conceito bergsoniano. De fato, Bergson cita muito pouco o termo. Porém, é ao definir a noção de consciência, em específico a de uma consciência individual, particular, que o inconsciente aparecerá não só como uma negativa da consciência, mas também como região psíquica existente e não consciente. Veremos que essa ideia, inclusive, é fundamental a alguns pontos importantes do bergsonismo, já que está, evidentemente, atrelada às definições do conceito de consciência. Focaremos este texto em *Matéria e memória* para apresentar uma síntese da reflexão de Bergson a esse respeito, sem, contudo, querer esgotar o assunto.

1. Um corpo destinado a agir: percepção e reconhecimento.

Desde o primeiro momento de *Matéria e memória*, Bergson aponta a capacidade de agir do corpo vivo como o principal elemento de distinção entre ele e as outras imagens. Por um lado, essa distinção se apresenta inicialmente pela própria vivência que temos de *nosso corpo*, a despeito das outras imagens; mas por outro, num sentido geral, a diferença observável entre o corpo vivo e a matéria inerte evidencia-se naturalmente

pela indeterminação do agir, presente, mesmo que em graus distintos, nos demais corpos vivos observados. Essa distinção inicial de *Matéria e memória* é de grande importância porque é a partir dela que Bergson pode redefinir o modo de se colocar a tradicional questão da relação entre a consciência e o corpo. Ele o faz por três pontos principais, que podemos resumir da seguinte maneira: primeiramente, recolocando os termos do problema da relação consciência e matéria a partir do conceito de imagem como terreno comum do qual corpos vivos e inertes participam, pelo qual a distinção entre os dois ocorre a partir da observação do agir; depois, enfatizando, a partir disso, o papel do corpo vivo e, em especial, do sistema nervoso central, como instrumento de ação e conseqüentemente também de seleção; e, por fim, enfatizando o papel em que se coloca o corpo na formação da percepção, papel que toma todo um sentido prático, isto é, a percepção para Bergson teria uma ênfase na ação, mais que na apreensão intelectual do mundo.

Partindo dessa ênfase, Bergson pode apresentar sua teoria da percepção pura, segundo a qual a representação perceptiva envolveria todo um processo que resultaria da própria natureza pragmática do corpo vivo, para o qual a relação com o meio é mesmo constituinte dessa natureza. Um corpo que a princípio se volta à ação e destina-se a esboçar esquemas de reação motora em retorno aos constantes estímulos recebidos do meio. A imagem percebida seria, a princípio, o resultado de um processo que não apenas se origina no objeto de onde os estímulos vêm, mas também como esquematizações de respostas possíveis, e, por fim, como sucessivas tentativas de retorno do estímulo à própria coisa. Deste modo, a percepção, como compreendida por Bergson, seria um processo, o resultado de um *ato simples*² que, por isso mesmo, não pode ser dividido sem que perca com isso algo de si. É por esta razão que, ao tratar do conhecido exemplo do ponto P, Bergson diz: “A verdade é que o ponto P, os raios que ele emite, a retina e os elementos nervosos interessados formam um todo solidário, que o ponto P faz parte desse todo, e que é exatamente em P, e não em outro lugar, que a imagem de P é formada e percebida.” (Bergson, 2005, pp. 40-41).

A percepção seria, portanto, o resultado de uma relação íntima do corpo vivo com as imagens que o rodeiam de modo que estas refletem a ação possível do corpo

² O termo *ato* possui um rico significado dentro do pensamento bergsoniano e, no geral, remete à realidade qualitativa, indivisível e dinâmica da duração. O termo *ato simples*, em específico, já aparece no *Ensaio* como elemento crucial na refutação de Bergson ao pensamento de Zenão de Eleia – a quem o filósofo usa como caso exemplar do pensar espacializante – como podemos ler: “mas a verdade é que cada passo de Aquiles é um *ato simples*, indivisível, e que após um dado número de tais atos, aquiles terá ultrapassado a tartaruga” (BERGSON, 2007, p. 84, grifo nosso, tradução nossa).

sobre elas, ação que exige seleção e portanto representa uma escolha. Sendo assim, do mesmo modo que o ponto P participa, no ato da percepção, de um todo solidário, o próprio corpo, sendo outro polo dessa relação, torna-se ele mesmo, enquanto imagem, elemento integrante desse mesmo todo, que é o todo de uma relação íntima entre imagens. Com isto queremos dizer que, para Bergson, se é verdade que o ponto P aparece nele mesmo, em seu próprio lugar no espaço, simbolizando com isso uma possibilidade de ação por parte do corpo, é verdade que este último – por sua própria conformação e dimensão específica (entenda-se estrutura fisiológica e extensão), e justamente por ser também imagem, cujo único diferencial é o agir – participa necessariamente desse processo simbólico. Por consequência, para Bergson a conformação das coisas percebidas como delimitadas e justapostas no espaço (justamente o aspecto *simbolizante* do ato perceptivo) está fortemente relacionada com a conformação das estruturas fisiológicas do próprio corpo vivo disposto na extensão – em específico do sistema sensorio-motor. O cérebro, como órgão destinado à seleção das imagens e escolha de movimentos (ligando, como diz Bergson, os sinais de estímulos recebidos a procedimentos motores, aos modos de uma “central telefônica”), evidencia uma etapa material e fisiológica do processo da percepção.

O cérebro não deve portanto ser outra coisa, em nossa opinião, que não uma espécie de central telefônica: seu papel é “efetuar a comunicação”, ou fazê-la esperar. Ele não acrescenta nada àquilo que recebe; mas, como todos os órgãos perceptivos lhe enviam seus últimos prolongamentos, e todos os mecanismos motores da medula e do bulbo raquidiano têm aí seus representantes titulares, ele constitui efetivamente um centro, onde a excitação periférica põe-se em contato com este ou aquele mecanismo motor, escolhido e não mais imposto. (BERGSON, 2005, p. 26)

O cérebro, portanto, possui um papel duplo nesse processo: é um órgão de seleção e de ação. Especificamente, ele seleciona as imagens que o afetam e decide que atitude tomar sobre elas, e a seleção se torna mais precisa à medida que o campo de possibilidades para agir se amplia. O corpo que, como diz Bergson, é uma imagem destinada a mover imagens, não pode ser pensado corretamente em separado do mundo. Deve haver, portanto, em sua estrutura própria, uma conformação com o próprio meio ao qual ele é intrinsecamente ligado. A percepção, neste caso, é apenas uma resultante (ainda que bastante especial) dessa íntima relação do corpo com os movimentos do mundo; ela existe porque as imagens aparecem para o corpo vivo como um convite a agir, que a ele impõem a tomada de decisão.

A partir disso, outra questão se coloca: *se a percepção tem sua origem real numa seleção e numa escolha, compreender a percepção é compreender o processo que envolve a escolha*. O que significa também compreender o modo pelo qual nosso corpo introduz, pela ação, negatividade no mundo. Não há nenhum acréscimo qualitativo no cérebro, nenhuma adição sobre as imagens exteriores. A percepção é o próprio mundo, mas somente a face (útil) que se dirige ao corpo. Nas palavras de Bergson:

Se, para passar da presença à representação, fosse preciso acrescentar alguma coisa, a distância seria intransponível, e a passagem da matéria à percepção permaneceria envolvida em um impenetrável mistério. O mesmo não aconteceria se pudéssemos passar do primeiro termo ao segundo mediante uma diminuição, e se a representação de uma imagem fosse menos que sua simples presença; pois então bastaria que as imagens presentes fossem forçadas a abandonar algo delas mesmas para que sua simples presença as convertesse em representações. (BERGSON, 2005, pp. 32-33)

Pensar a percepção de outro modo seria tratá-la como um misterioso acréscimo, como que se dependesse de algo de outra natureza que não a das próprias imagens. Mas por isso também podemos já observar algo que, como determinante da própria percepção, não depende de uma consciência. Se a percepção pura se caracteriza como diminuição da totalidade do mundo em função de uma seleção e da ação no mundo, e se isso fica esclarecido ao Bergson resumir o ato perceptivo ao seu grau mais material possível – isto é, uma percepção no instantâneo, sem a intervenção da memória – então essa seleção e essa ação estão fundadas sobre algo que não passa, a princípio, pelo crivo da consciência. A ação se dá justamente pela necessidade de adaptação material do corpo ao mundo de imagens em movimento, do qual inclusive é uma parte; do mesmo modo, a seleção, como consequência dessa necessidade, se dá, em primeiro lugar, na própria estrutura dos órgãos da percepção e do sistema nervoso, que retêm do mundo apenas a parcela que interessa ao corpo. Tudo parece ocorrer como se a percepção consciente estivesse fundada sobre um recorte do mundo, recorte esse que fundamenta-se sobre uma seleção que, por direito, não depende de uma intervenção consciente. Precisamente neste ponto, a seleção tem sua origem na própria conformação material e fisiológica do corpo; não é, de fato, um processo que envolva consciência.

O mesmo pode ser dito do processo de reconhecimento automático realizado pelo corpo a que Bergson se refere em seu segundo capítulo. Todo este capítulo, aliás, será dedicado à distinção entre dois tipos de memória, envolvidos em duas fases

diferentes do processo de reconhecimento (e podemos dizer também de representação) das imagens, das quais a primeira fase envolve um tipo de reconhecimento corporal, funcional e instantâneo, mais relacionado a estruturas procedimentais de ação que no reconhecimento consciente propriamente dito. Segundo Bergson, este “seria um reconhecimento no instantâneo, um reconhecimento que apenas o corpo é capaz, sem que nenhuma lembrança explícita intervenha. Ele consiste numa ação, e não numa representação” (BERGSON, 2005, p. 103).

Tanto o ato perceptivo quanto o reconhecimento automático, que citamos agora, estão nas bases de nossa apreensão e reconhecimento do mundo. De todo o modo, eles não correspondem exatamente a uma consciência dessa apreensão e desse reconhecimento, pois dizem mais respeito a procedimentos de ação e estão, por isso mesmo, sempre voltados “para fora”, mais nas coisas que no interior da consciência, servindo mais às necessidades do ambiente que a uma remissão à experiência consciente de perceber e apreender o mundo. Um reconhecimento que é mais *atuação* corporal que *pensamento*. Como diz o próprio Bergson: “exercemos em geral nosso reconhecimento antes de pensá-lo” (BERGSON, 2005, p. 106).

2. O campo da representação e o inconsciente em Bergson.

No entanto, até aqui apenas um lado negativo da percepção e do reconhecimento foi considerado. Para Bergson a percepção se constitui justamente ao *não* captar os movimentos do mundo em sua totalidade; ela representa apenas o recorte útil das coisas. A percepção das coisas assim pensada está então fundada sobre aquilo que não foi possível de se apreender do mundo, já que o que se percebe dele é apenas sua face útil. Sendo assim, a percepção já representa uma espécie de seleção. Mas essa seleção do que é útil no ato perceptivo tem sua origem antes na conformação física do corpo que em uma consciência que reflete e delibera. Já o reconhecimento automático, que consiste em vincular adequadamente processos motores às imagens percebidas, consolida esquemas de ação e representa, neste caso, também uma seleção, porém de outro nível. Há, neste caso, uma memória motora, que também não passa necessariamente por uma apreensão consciente, mas que já manifesta uma atitude específica do corpo perante algo, mesmo que a nível estritamente fisiológico. Finalmente, da percepção fundada sobre uma necessidade de seleção, e do reconhecimento motor, fundado sobre a necessidade de uma postura corporal frente ao mundo percebido, surge o pano de fundo

que vai direcionar a atenção consciente à vida. O famoso convite a agir bergsoniano, que as imagens demandam, não se manifesta de outro modo que não como um *sentimento do reconhecimento* que, a partir disso, começa a apontar uma consciência. Assim, diz Bergson: “nossa vida diária desenrola-se em meio a objetos cuja mera presença nos convida a desempenhar um papel: nisso consiste seu aspecto de familiaridade. As tendências motoras já seriam suficientes, portanto, para nos dar o sentimento do reconhecimento” (BERGSON, 2005, p. 106).

Este sentimento marca o início do que Bergson vai considerar o trabalho positivo do processo do reconhecimento e também da atenção. Tal ideia não é novidade de *Matéria e memória* e já está presente, inclusive, no *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*, em que Bergson corresponde os graus de ação livre aos graus de profundidade que a experiência pessoal pode assumir. O exemplo do reconhecimento das ruas de uma cidade, tratado por Bergson no *Ensaio*, clarifica bem essa ideia³. Enquanto o ambiente ainda não é habitual, toda a experiência do percurso se enche de hesitação ao mesmo tempo que ganha em riqueza de experiência; é como se, pela necessidade de estar atento às ruas, de prever os resultados de cada passo, a consciência se esforçasse por derramar-se no ambiente. Mas à medida que a passagem pelas ruas vai se tornando habitual, as atitudes corporais tornam-se mais precisas, cada rua passa a representar um esquema próprio e já fechado para se chegar a algum lugar. Assim, a riqueza da experiência do caminho vai-se eclipsando, já que é cada vez menos necessária a intervenção de um esforço de atenção na tomada da decisão. Isto é, ao se automatizar, pelo hábito, determinados procedimentos, dispensa-se na mesma medida o esforço de atenção consciente necessário à tomada de decisão e, com isso, também a apreciação consciente dos detalhes do entorno.

O papel da atenção no processo do reconhecimento, portanto, tem particular importância para a compreensão da percepção efetivamente consciente, pois por ela se preenchem as ações corporais com vivência consciente. No entanto, o esforço de atenção, assim entendido por Bergson, representa um movimento antagônico ao impulso de ação. Ele exige uma espera, uma retenção dos movimentos, que um automatismo corporal dispensaria. É no hiato (temporal) entre a deliberação e a ação que o trabalho positivo e verdadeiramente consciente da percepção e do reconhecimento se insere. Diz Bergson:

³ Cf. BERGSON, 2007, pp. 96-97.

Suponhamos com efeito, como já chegamos a sugerir, que a atenção implica uma volta para trás do espírito que renuncia a perseguir o resultado útil da percepção presente: haverá inicialmente uma inibição do movimento, uma ação de detenção. Mas nessa atitude geral virão em seguida introduzir-se movimentos mais sutis, alguns dos quais foram observados e descritos, que têm por função tornar a passar sobre os contornos do objeto percebido. Com esses movimentos começa o trabalho positivo, e não mais simplesmente negativo da atenção. Ele é continuado pelas lembranças. Se a percepção exterior, com efeito, provoca de nossa parte movimentos que a desenham em linhas gerais, nossa memória dirige à percepção recebida as antigas imagens que se assemelham a ela e cujo esboço já foi traçado por nossos movimentos. Ela cria assim pela segunda vez a percepção presente, ou melhor, duplica essa percepção ao lhe devolver, seja sua própria imagem, seja uma imagem- lembrança do mesmo tipo. Se a imagem retida ou rememorada não chega a cobrir todos os detalhes da imagem percebida, um apelo é lançado às regiões mais profundas e afastadas da memória, até que outros detalhes conhecidos venham a se projetar sobre aqueles que se ignoram. E a operação pode prosseguir indefinidamente, a memória fortalecendo e enriquecendo a percepção, a qual, por sua vez, atrai para si um número crescente de lembranças complementares. (BERGSON, 2005, pp. 114-115)

Existe, portanto, uma forte relação entre a consciência presente, o hiato entre deliberação e ação e a memória que insere na experiência presente lembranças em graus distintos. É como se, para Bergson, nossa experiência consciente se delimitasse em uma espécie de *espessura temporal do presente*. Ela se alarga ou se contrai de acordo com o esforço de atenção. Nisso consiste a famosa imagem bergsoniana do circuito, no qual os círculos concêntricos da atenção se alargam de acordo com a intensidade do esforço, tanto no sentido de projeções sobre um objeto, quanto no sentido de aprofundamento nos níveis de memória. A consciência, assim compreendida por Bergson, pode ser considerada como um feixe que ilumina nossa experiência do mundo e se esforça em alargar-se, tanto em direção ao ponto mais extremo do presente, a percepção (que podemos considerar também como uma projeção que se inclina a um futuro imediato), quanto para o grau mais profundo de nosso ser, a memória pura. Mas, de fato, esse alargamento jamais alcança os extremos. A consciência, assim definida, seria um foco iluminando a experiência, que é sempre um misto da materialidade do mundo com a subjetividade da memória individual. Assim, Bergson afirma em *Matéria e memória*:

A consciência ilumina portanto com seu brilho, a todo momento, essa parte imediata do passado que, inclinada sobre o futuro, trabalha para realizá-lo e agregá-lo a si. Unicamente preocupada em determinar deste modo um futuro indeterminado, ela poderá espalhar um pouco de sua luz sobre aqueles dos nossos estados mal recuados no passado

que se organizariam utilmente com nosso estado presente, isto é, com nosso passado imediato; o resto permanece obscuro. É nessa parte iluminada de nossa história que estamos colocados, em virtude da lei fundamental da vida, que é uma lei de ação: daí a dificuldade que experimentamos em conceber lembranças que se conservam na sombra. Nossa repugnância em admitir a sobrevivência integral do passado deve-se portanto à própria orientação de nossa vida psicológica, verdadeiro desenrolar de estados em que nos interessa olhar o que se desenrola, e não o que está inteiramente desenrolado. (BERGSON, 2005, p. 176)

É importante termos em mente que um dos interesses de Bergson ao escrever *Matéria e memória* é demonstrar que a memória não se armazena no cérebro. Todo o texto, portanto, é voltado a uma concepção de consciência e corpo que possam dar conta dessa ideia, que é central em sua tentativa de responder a clássica questão da relação entre corpo e espírito. A concepção de percepção apresentada no início do livro, que culmina com a formulação da teoria da percepção pura, vem aí apresentar uma primeira incursão nesse tipo de pensamento, a partir da qual mesmo as representações perceptivas não seriam um luxo do cérebro. Em resumo, as representações não estão no cérebro para Bergson, mas tomam parte em um processo, como vimos mais acima. O mesmo pensamento fundamenta, neste sentido, a representação de imagens no processo de rememoração. Se Bergson não ignora uma diferença radical entre as representações percebidas e as representações rememoradas, tal diferença não consiste em uma diferença de natureza ontológica entre os dois modos de representação, mas precisamente na diferença da *atitude* psíquica envolvida.

As mesmas razões que fazem com que nossas percepções se disponham em continuidade rigorosa no espaço fazem portanto com que nossas lembranças se iluminem de maneira descontínua no tempo. Não estamos lidando, no que concerne aos objetos não percebidos no espaço e às lembranças inconscientes no tempo, com duas formas radicalmente diferentes da existência; mas as exigências da ação são inversas, num caso, do que elas são no outro. (BERGSON, 2005, p. 171)

O processo, em ambos os casos, continua o mesmo: certas regiões do mundo presente, assim como certas cenas do passado são iluminadas segundo a lei natural da vida, que é uma lei de ação. Mas neste caso, passado e presente possuem uma dissociação radical, dado que o presente se define como aquilo que está, de fato, presentemente atuante, enquanto que o passado, para Bergson, se define justamente por

aquilo que cessou de ser atuante e, por isso mesmo, não invade a experiência presente do mesmo modo e com a mesma força das presenças materiais circundantes. Por outro lado, as presenças materiais dispostas no espaço percebido se mostram como existências independentes daquele que a percebe, enquanto o passado é sempre sentido por uma consciência como parte integrante de seu ser. Se a consciência é, para Bergson, um foco de iluminação que se estende ao presente das coisas no espaço, por um lado, e às profundezas da memória individual, por outro, o inconsciente se define justamente como a existência que está para além desse foco, para além desse campo de representações, misto de percepção e rememoração. A memória pura vem aqui estabelecer uma espécie de analogia assimétrica com o puro presente na formação da representação. Se, pela percepção, o mundo presentemente atuante só exhibe sua face útil, em função daquilo que Bergson chama lei fundamental da vida, a memória consciente é o que, em virtude da mesma lei fundamental, reintegra no presente conteúdos de um passado que, por definição, já não é atuante. A representação das lembranças seriam a face útil de nosso próprio passado. Isso se dá porque para Bergson há uma realidade, no ser, da memória pura, e, mais profundamente, do passado em geral. Não iremos entrar na argumentação bergsoniana a este respeito. Basta termos em mente aqui que, de modo geral, a retenção do passado é constituinte da própria duração e que a memória pura nada mais é que a totalidade do passado vivido. Como observa Georges Mourélos:

A duração não é outra coisa que o movimento da consciência, o esquema dinâmico ele mesmo, que, do fundo da realidade do espírito, do fundo do intemporal, esboça um movimento criador constitutivo da realidade adaptativa por seu esforço em vias de religar a matéria ao espírito, a percepção à memória. Ela recorta assim, no interior desse presente eterno e amorfo que constitui a percepção pura e a memória, o tempo presente da ação, o tempo ao ponto no qual a consciência se insere na realidade da percepção. (MOURÉLOS, 1964, p. 139, tradução nossa)

Deste tempo presente, que possui uma espessura temporal própria, consiste a consciência pessoal para Bergson, que é ao mesmo tempo campo de representações e campo de atuações. Podemos definir como inconsciente tudo o que não ocupa esse campo. Mas, diferentemente da faceta não percebida das coisas, a ideia de um inconsciente psíquico torna-se problemática, dado que, ao contrário das coisas, a memória sempre se vincula à existência e constituição de uma consciência particular.

Em resumo, não ter consciência do que está na psique parece, a princípio, contraditório. Mas, ao estabelecer a existência do passado como um fato constituinte da própria realidade temporal e ao recolocar os termos da questão do corpo na formação das representações, tanto percebidas quanto rememoradas, Bergson pode tratar do papel do passado quase do mesmo modo com que trata o papel do mundo exterior no processo da representação, com a diferença que o passado é uma existência no tempo que difere das existências na extensão presente. Como ele mesmo diz:

E, se a realidade, enquanto extensão, nos parece ultrapassar ao infinito nossa percepção, em nossa vida interior, ao contrário, só nos parece real o que começa com o momento presente; o resto é praticamente abolido. Então, quando uma lembrança reaparece à consciência, ela nos dá a impressão de uma alma do outro mundo cuja aparição misteriosa precisaria ser explicada por causas especiais. Na realidade, a aderência dessa lembrança a nosso estado presente é inteiramente comparável à dos objetos não percebidos em relação aos que percebemos, e o inconsciente desempenha nos dois casos um papel de mesmo tipo. (BERGSON, 2005, p. 169- 170)

Em resumo, a afirmação de que nem todo *esse é percipi* estende-se aqui para a realidade do tempo, ou melhor, da duração. Mas aqui cabe ressaltarmos algo que já mencionamos, ainda que rapidamente. Se a vida consciente consiste em um presente que possui uma espessura temporal, zona por ela iluminada onde se cruzam percepções e memórias, se o presente percebido e o passado rememorado não correspondem a duas realidades radicalmente distintas no ser, diferenciando-se quanto ao esforço de atenção e, portanto, quanto às atitudes pragmáticas distintas que se exige perante o presente e o passado, e se presente e passado não são senão elementos da própria duração que, portanto, se continuam segundo o próprio modo de organização do durar, então a distinção entre essas duas zonas da vivência temporal ocorre apenas em função das exigências da ação vital, embora representem, com isso, dois campos distintos para uma mesma vivência pessoal. Este é, aliás, o motivo pelo qual o presente concretamente vivido sempre possui uma espessura, o que não seria possível caso a percepção, mesmo em grau mais imediato possível *de fato*, não possuísse já algo de retenção temporal e, por isso mesmo, de memória. Portanto, é mais correto afirmar que, para Bergson, essa negação do clássico *esse est percipi*, que explicitamos acima, não apenas se *estende* à temporalidade, mas sim, que ela toma por inteiro um sentido temporal. Sendo a consciência, portanto, a porção da temporalidade colorida de vivência, tudo o que está para além de sua zona de iluminação, sejam imagens na extensão, sejam rememorações

do passado, possuem o mesmo estatuto de realidade ontológica, diferenciando-se apenas com relação aos graus de duração nos quais atuam. O termo inconsciente, em ambos os casos assume, assim, o mesmo sentido em Bergson, diferenciando-se de um polo ao outro à medida que referimos o termo a um ou outro grau da vida mental; é, antes de tudo, aquilo que não é experienciado ou vivido, mas que pode muito bem ser existente e atuante, a seu modo⁴. Com isso, a questão do inconsciente em Bergson revela uma profundidade não pouco interessante. Ela nos leva a questões que vão da psicologia à metafísica e toca assuntos que abrangem todo o escopo da filosofia bergsoniana.

Conclusão

Esperamos, com essas breves palavras, apontar a dimensão da questão do inconsciente na filosofia de Bergson. Gostaríamos de ressaltar a relevância do termo inconsciente e sua relação com as incursões bergsonianas no tema da consciência, com o papel do corpo e da memória. Com efeito, pelo que vimos, o inconsciente está diretamente relacionado com o que denominamos mais acima um campo de representação. O corpo vivo exerce aí uma direção sobre os atos da consciência, especificamente no caso do esforço de atenção que, engajando-se, pela percepção, na ação presente, aprofunda na mesma medida os diversos níveis de atualização da memória que vêm incorporar a experiência. Tanto essa incorporação da memória quanto as excitações percebidas adquirem no corpo uma delimitação e estabilidade e com isso tornam-se imagens conscientemente representadas. Este campo de representação, que tem como centro o corpo, marca nosso campo de vivência, nosso campo de atuação, enfim, a vida consciente propriamente dita. Isso não exclui a possibilidade de existências fora desse campo, tanto na extensão material quanto no interior psíquico, na memória. Bergson pode então unir sob o conceito de inconsciente duas formas de inconsciência pragmaticamente distintas: a inconsciência das imagens presentes não representadas, cujo convite à ação não chega a causar moção à estrutura corporal, especificamente ao sistema sensório-motor; e as imagens do passado não representadas, no qual se encaixa a totalidade da memória enquanto não se prolonga em lembranças úteis, que vêm à lume pelo convite da ação vital. Em ambos os casos a parte escura do mundo está presente, talvez até atuante, embora não represente papel algum no palco da

⁴ Sobre a dualidade da atitude psíquica e o inconsciente Cf. WORMS, 2011, pp. 173-176.

consciência. Em ambos os casos é necessário um esforço por parte da vida para alcançar e iluminar essas obscuridades.

Referências

- BERGSON, H. *Essai sur les données de la conscience*. Paris: PUF, 2007.
- _____. *Matéria e Memória*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- MOURÉLOS, G. *Bergson et les niveaux de réalité*. Paris: PUF, 1964.
- WORMS, F. *Bergson ou os dois sentidos da vida*. Trad. Aristóteles Angheben Predebon. São Paulo: Editora Unifesp, 2011.